

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 532.398 - SC (2019/0269761-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : CASSIANO ESPINDOLA
ADVOGADO : MARCELO VARGAS PINTO - SC042586
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de Agravo Regimental interposto contra decisão de minha lavra, na qual indeferi liminarmente o *habeas corpus* em que se impugna ato do Desembargador-Relator que indeferiu o pleito de liminar.

No presente recurso, o Agravante reitera as alegações deduzidas na inicial e requer a concessão da saída temporária.

É o breve relatório.

O recurso está prejudicado, pois conforme demonstram as informações obtidas no Diário de Justiça Eletrônico de Santa Catarina, de 7/11/2019, Caderno Jurisdicional das Comarcas, página 830, sobreveio aos autos da execução penal originária decisão em favor do paciente na qual foi deferida a saída temporária, ocasionando a perda superveniente do objeto do recurso.

Vejamos a referida decisão:

Processo 0001120-41.2018.8.24.0087 - Execução da Pena – Decorrente de Violência Doméstica - Autor: M. P. do E. de S. C. - Acusado: C. E. - Vistos para decisão Trata-se de processo de Execução Penal do(a) reeducando(a) Cassiano Espíndola, tendo sido concedido ao(à) apenado(a) o benefício da saída temporária de 7 dias. Nesse diapasão, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 4º, da Portaria 06/2018, oriunda da VEP de Criciúma, a Unidade Prisional informou o endereço de permanência do(a) reeducando(a), enquanto estiver em gozo da saída temporária, a saber: RUA JOÃO LUIZ GONÇALVES, S/N - PRÓXIMO À PRAÇA - BARRO BRANCO - 88880000 – LAURO MÜLLER/SC. No ponto, observo que a cidade de permanência indicada pelo(a) reeducando(a), embora fora da Comarca, não impede que a ida e a volta ocorra dentro do lapso temporal de 07 dias. Assim, DEFIRO o deslocamento até a cidade de LAURO MÜLLER/SC, durante a saída temporária. Por outro lado, sendo o endereço pertencente ao Estado de Santa Catarina, deixo de impor como condição para deslocamento o uso de tornozeleira eletrônica. Isso porque, conforme recente missiva subscrita pelo Coordenador do Centro de Ações Penitenciárias do Estado

Superior Tribunal de Justiça

de Santa Catarina, não há equipamentos suficientes para atender a demanda, em se tratando de saídas temporárias, em face do elevado número de beneficiados, tornando inviável a condição em âmbito estadual. De toda sorte, possibilitando que se realize a fiscalização estatal durante a fruição do benefício pelo reeducando, OFICIE-SE à Polícia Militar de LAURO MÜLLER/SC, informando o endereço onde Cassiano Espíndola permanecerá durante sua(s) saída(s) temporária(s), no(s) período(s) elencado(s) à fl. 359 (7 dias a partir de 01/11/2019). Por fim, registro que as condições a serem observadas pelos reeducandos quando estiverem em benefício de saída temporária, encontram-se estabelecidas na Portaria 03/2017, oriunda do Juízo de Execuções Penais da Comarca de Criciúma, em seu artigo 4º, a saber: “Art. 4º - Na forma do artigo 124 da Lei de Execução Penal, o beneficiário, a cada saída temporária, deverá: a) fornecer endereço da família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício; b) recolhimento à residência visitada, no período noturno (das 19:00 às 07:00 horas); c) proibição de frequentar casa de jogos, bares, boates ou estabelecimentos similares; d) não se embriagar e nem portar armas.” Cópia da presente decisão serve como ofício para todos os fins. Intimem-se. Cumpra-se.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator